CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES EM TORNO DO ATELIER DE ENSINO DE ARQUITETURA

Constructions and deconstructions around the architectural teaching atelier

NAKANDAKARE, F.S.
Arquiteto e Urbanista, Mestre pelo programa de Arquitetura, Tecnologia e de Cidades da Unicamp

RESUMO: A questão ser e/ou permanecer "moderno" entrou em debate na exposição Encore moderne? Architecture brésilienne 1928-2005, apresentada em Paris e publicada no Brasil por meio de um catálogo que compilou projetos que retratavam um "modernismo em movimento". Em continuidade a esse debate, questionou-se: permaneceria também "moderno" o atelier de ensino de arquitetura? Nesse contexto, o artigo objetiva estudar o atelier e as propostas agregadas a ele nas décadas de 1970 e 1980. Parte-se do conceito definido para esse espaço de ensino pela 'Comissão de Estudo do Atelier' de 1962, revisitado pela crítica perante os canteiros de obra da década de 1970 e o redimensionado segundo a prática proposta pelos laboratórios de habitação da década de 1980. Esse olhar panorâmico quanto ao ensino em atelier acompanhou os debates sobre a contribuição social do arquiteto, de modo que suas críticas se fizeram em constante sintonia com as modificações da profissão. As experiências que exploram canteiro e laboratórios buscaram ações em contato direto com a realidade profissional, demonstrando um intrínseco debate com o atelier e a constante necessidade de uma revisão disciplinar dos espaços de ensino.

Palavras-chaves: Ensino de arquitetura, Arquitetura Modernista, Profissão do Arquiteto

INTRODUÇÃO

A exposição Encore moderne? Architecture brésilienne 1928-2005, apresentada em Paris e publicada por meio de um catálogo no Brasil, foi o elemento base para este artigo. O questionamento levantado por Lauro Cavalcanti e André Correa Lago trata do seguinte debate: como tratar a "tradição" em arquitetura, mantendo-se fiel aos problemas históricos da disciplina, ainda que se apresente um crescente incentivo pela inovação desvinculada com o passado? A mostra se concentrou em dois períodos da arquitetura brasileira: as décadas de 1930 a 1960 (que tornaram a produção do país mundialmente reconhecida) e obras e projetos recentes de jovens arquitetos contemporâneos.

Os projetos expostas na mostra apresentaram semelhanças e distinções no sentido de desempenhar leituras transversais entre a arquitetura produzida

na contemporaneidade com os paradigmáticos projetos da primeira geração de arquitetos modernistas. Ao estabelecer um sentido de continuidade entre as propostas, os curadores apresentaram um "modernismo em movimento" que estaria se delineando nos arquitetos brasileiros mais jovens. Seria esta uma arquitetura múltipla e plural que, sem reverenciar um tempo já passado, sabe nele encontrar riquezas e não fardos. Segundo Cavalcanti:

> *"Ao contrário de alguns países nos quais grupos almejam cristalizar um modernismo nostálgico e formalista, essa nova geração brasileira pratica o que poderíamos chamar de um "modernismo em movimento". Sem ilusões ou desejo de recuperar um passado glorioso, sua releitura serve, apenas, de base inicial para explorar novos contextos e experimentar novas combinações e tecnologias. A partir do pressuposto de que moderna é a arquitetura do período 1930 a 1960, e após examinar alguns dos principais projetos e realizações de jovens arquitetos contemporâneos, o visitante poderia responder à pergunta: encore moderne? "* (CAVALCANTI, 2005)

O moderno, do ponto de vista dos curadores, pode ser delineado sobre as seguintes distinções: em um primeiro caso, o moderno diz respeito a tudo que é atual, de hoje ou de tempos recentes. Nesse sentido, o termo seria um quase sinônimo de "contemporâneo". Já no segundo, o vocábulo moderno se associa com "modernista", associado este ao movimento ocorrido em determinado momento histórico, havendo, deste modo, uma conotação temporal e finita. A questão que permanece é se o modo de realizar a arquitetura permanece "atual", ou seja, capaz de responder às atuais necessidades da sociedade e de se inserir como disciplina sem perder de vista o legado modernista que carrega. Nos momentos em que a produção arquitetônica passa a ser avaliada em desacordo com as necessidades da sociedade, tem se tratado tal problema como uma "crise" disciplinar.

Segundo Colquhoun (2004), o hábito de falar da arquitetura com referência a *crise* remonta ao final do século XVIII. Nesse momento, a tradição clássica começou a perder sua autoridade exclusiva que impulsionou a busca por paradigmas alternativos. Assim, a *crise* que ocorreu no final do século XIX se insere na problemática da constante repetição de modelos do passado que refletiam também antigas formas de pensamento. Com o início do século XX,

novas práticas permitem estabelecer uma estética diferente, proveniente da influência artística fundamentada em preceitos puristas. Segundo Colquhoun:

> *"A principal questão do modernismo, tanto em arte quanto em arquitetura, era que ele representava uma mudança na relação entre o presente e o passado, em vez de ser a continuação de uma relação existente (...) a influência da artística geral sobre a arquitetura moderna foi tão forte quanto, ou mesmo mais forte do que, a tecnologia"* (COLQUHOUN, 2004, p.18)

Uma *crise* na disciplina se rebate diretamente junto ao ensino de arquitetura e urbanismo. Para pesquisadores como Silva (1986), apesar das alterações estéticas na arquitetura e no papel do arquiteto na sociedade, o ensino não se reformulou. Pouco se alterou do método, ou seja, na revisão dos processos e objetivos do ensino em uma permanente revisão crítica da disciplina. Para a autora, o ensino do projeto arquitetônico mantém o modelo que fora adotada pelos arquitetos modernistas, baseados principalmente na École Nationale des Beaux-Arts do século passado, demarcando a repetição de um processo de ensino ultrapassado.

Também para Lara (2009) a questão pouco evoluiu, consistindo assim uma *crise* no ensino de arquitetura e urbanismo como cerne na própria autonomia disciplinar[1]. Segundo o autor, é preciso restabelecer o ensino segundo uma base disciplinar que, sem perder seu teor artístico, conceda um rigor capaz de gerir a prática para além de discursos de um *gênio criador.* Lara ainda expõe que, desde os fundamentos desenvolvidos pela Bauhaus, a disciplina não foi capaz de se reformular perante as mudanças que precederam e, devido a isso, temas como o papel do arquiteto, a autonomia disciplinar e as habilidades específicas da profissão são questões urgentes a retornarem à agenda de debates.

Por meio da aula intitulada "o ensino de arquitetura ou a crise silenciosa", Pirondi (2017) apresenta a questão de uma *crise* como elemento que transcende ao ensino de arquitetura. Para o professor, a crise no ensino de arquitetura se insere em uma crise mundial da educação, proveniente das mudanças radicais

[1] Segundo Durant (1972), no Brasil a autonomia disciplinar da arquitetura em relação a engenharia civil ocorreu conjuntamente à busca por autonomia profissional dos profissionais que passaram a se autoproclamarem arquitetos, e não mais "engenheiros-arquitetos". Dessa forma a profissão, por meio de reformulações no ensino, deixou se ser considerada uma especialização da engenharia civil para se tornar uma profissão autônoma reconhecida pelos poderes públicos.

às quais a sociedade passou no decorrer do século XX. O resultado são problemas no papel da Universidade e a consequente dificuldade das escolas de arquitetura de se reestruturarem no sentido de acompanhar as aceleradas mudanças que a sociedade exige. Seu olhar parte para a necessidade de assimilar ensino e prática dentro de uma ação pedagógica consistente, permitindo a atualização constante do professor e, consequentemente, dos conteúdos ensinados.

Dentre as questões levantadas por tais autores, se nota em comum a necessidade de rever as bases que definem o ensino de arquitetura em função de uma profissão que, além de se transformar, passou a estabelecer diferentes lugares de atuação. Dentre os diferentes problemas que perpetuam a questão, este artigo optou por estudar o atelier de ensino de arquitetura em um olhar pautado pelas experiências ocorridas nas décadas posteriores. Portanto, diante da filiação que assume o modernismo como emblemático, mas sem torná-lo um fardo e a uma possível crise no ensino de arquitetura, questionou-se: permanece moderno o atelier de ensino de arquitetura? Estaríamos estagnados em um modelo de ensino desenhado durante o auge da produção modernista que, apesar das transformações profissionais, pouco se renovou?

Para debater tal aspecto, procurou-se compreender o ensino de arquitetura tomando por base distintos modelos e as condicionantes que o circunscrevem. Sem que estes se tornem fardos a serem rompidos, o estudo apresenta tais experiências como contribuições ao ensino de arquitetura em diálogo com problemas tão diversos da profissão. Foram selecionadas três experiências destacadas pela historiografia e que dialogassem entre si e com os debates a respeito do ensino de arquitetura travadas nas respectivas décadas. Por meio de um olhar panorâmico, conclui-se sobre como tais experiências se dão como contribuições à disciplina arquitetônica.

O ensino de arquitetura moderna no atelier de projeto

No fim da década de 1950 ocorreu por parte dos arquitetos modernistas um crescente distanciamento entre as atividades de projeto e a atuação junto à construção civil. Escritórios de arquitetos como o de Rino Levi, por exemplo,

distinguiram as atividades relativas à profissão, adotando a arquitetura como aquela que trataria do processo de projeto e fiscalização da obra. A construção civil, neste caso, passou a ser realizada sobretudo por parte de empreiteiros, enquanto ao arquiteto caberia a concepção e averiguação das especificações de projeto (SILVA, 2013).

Também são desse período os debates quanto à "função social da arquitetura" nos periódicos especializados, contando com artigos de renomados arquitetos como Vilanova Artigas e Oscar Niemeyer. Endossado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), os discursos destes arquitetos apresentavam que o papel da arquitetura se dava em responder às necessidades físicas e sociais na forma de projetos, colaborando com um almejado desenvolvimento pregado pelo governo federal. Porém, para Kopp (1990), apesar de haver por parte dos arquitetos modernistas da década de 1920 a crença que a arte, a arquitetura e a organização urbana deixariam de ser o reflexo da sociedade para se tornar ferramentas da sua reconstrução, o pós-guerra trouxe o entendimento das limitações das propostas arquitetônicas. O discurso social teria se tornado mais um meio de angariar projetos junto ao poder público do que necessariamente um sentido de transformação social.

No Brasil tal questão se dava de modo ambíguo. A aproximação dos arquitetos com o poder público, o otimismo em torno da repercussão internacional da arquitetura modernista brasileira e a inauguração de Brasília concedia ares de renovação. Não seria incabível o entendimento da arquitetura como um elemento transformador, de modo que o interesse dos arquitetos modernistas se transferia para as atividades de projeto e planejamento. Além disso, partia do IAB e das recém-criadas faculdades de arquitetura a iniciativa de conceder uma ampla estrutura para tal: ampliava-se o número de arquitetos e sua inserção nas instâncias de tomada de decisão de projetos públicos. Por outro lado, a arquitetura brasileira se encontrava alvo da crítica internacional, exaltada principalmente na figura de Max Bill, que julgava que a arquitetura brasileira havia se distanciado das necessidades sociais, tornando-se repleta de formalismos desnecessários.

Em um período intenso como este, também foram intensos os debates quanto a reformulação do ensino e profissão do arquiteto. Em 1962, elaborou-se o 'Diagnóstico do atelier de arquitetura', documento desenvolvido pela comissão

composta por Carlos Millan, João A. M. Maitre Jean, Gian Carlo Gasperini e Lúcio Grinover, que compilou as deliberações dos encontros de diretores, professores e alunos das Escolas e Faculdades de Arquitetura e os relatórios quanto às problemáticas do ensino realizado no Seminário de Ensino de Arquitetura (1957). Segundo o Diagnóstico, os arquitetos eram chamados para assumir trabalhos de maior responsabilidade e o ensino de arquitetura urgia em ser revisto. Para os arquitetos modernistas, caberia ao arquiteto o papel de projetar e planejar as cidades que se desenvolviam, de modo que:

> *"Se definiu o arquiteto como 'profissional incumbido de organizar o meio físico em suas relações diretas com o ser humano considerado no conjunto das suas necessidades biológicas, psicológicas e culturais, coordenado para tal fim às aplicações das técnicas correspondentes"* (Diagnóstico do atelier de arquitetura, 1962, p.10)

Ainda segundo o Diagnóstico (1962), seria o atelier o lugar de ensino dos conhecimentos quanto às problemáticas da sociedade e das respectivas técnicas de resolução. Organizado em trabalhos horizontais (disciplinas de construção, física aplicada, resistência e estrutura) e trabalhos verticais (disciplinas de sociologia, economia política, centro de pesquisa e estudos urbanísticos), as atividades em atelier deveriam permanecer presentes em todos os anos do curso, mantendo o projeto como elemento fundamental à formação do arquiteto. Eram objetivos do atelier:

> *"Realizar o aprendizado e domínio dos meios de representação e expressão gráficos; iniciar o aluno, egresso dos cursos médios de caráter geral, no mundo dos valores plásticos e estéticos, desenvolvendo nele, pela experiência, a sensibilidade e a capacidade criadora, aliadas a uma mentalidade de construtor; ser o lugar de estudo, de pesquisa e trabalho do planejamento do meio físico nas suas relações diretas com o homem, onde o aluno entrará em contato com os problemas vivos da arquitetura e do urbanismo, na forma mais próxima daquela em que os terá como profissional"* (Diagnóstico do atelier de ensino, 1962, p.37)

A proposta de criar um profissional que teria como sua atribuição exclusiva o projeto e o planejamento, se isentando da construção civil, foi o primeiro passo rumo ao seu distanciamento do canteiro (SILVA, 2013). Sendo o

ensino pautado nesse modelo de profissional, o atelier passou a simular suas atividades em função das necessidades dos escritórios de arquitetura (figura 1). Para os arquitetos modernistas, o problema do distanciamento do ensino com a prática profissional foi então resolvido com um amplo levantamento das necessidades da profissão que tornaria o atelier um simulador da realidade profissional (DURAND, 1972). Portanto, ao estabelecer o atelier como simulador de um escritório de arquitetura do período, o ensino passou a reproduzir um profissional dimensionado às condicionantes da década de 1950.



Figura 1 - Atelier da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no centro da cidade (194X)- Fonte: VIDOTTO, 2014

Com a mudança da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que até então funcionava no centro da cidade, para a Cidade Universitária e a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em São José dos Campos, arquitetos e professores como Hélio Duarte passaram a vincular essa transição como “um marco na abertura do ensino de massas”. Com a mudança, houve um aumento das 70 vagas oferecidas pelo curso para 150 vagas (figura 2), obrigando a revisão do ensino e a contratação de novos professores (PRONSATO, 2008). A ampliação do número de escolas e o consequente aumento do número de vagas não foi visto como positivo pela maioria dos professores. Segundo Mayumi Watanabe de Souza Lima:

> *“... tratava-se de uma falsa democratização (...) eliminando o que se chamava de interferência estudantil na administração das escolas, a reforma universitária também*

> *instaurava mecanismos com o objetivo de frear a pressão social, como por exemplo a opção pela dispersão de escolas isoladas pelo interior, evitando assim a concentração de grandes conglomerados estudantis com os possíveis problemas políticos decorrentes disso"* (PRONSATO, 2008, p. 228).



Figura 2 - Atelier de ensino de arquitetura após mudança para a cidade universitária
Fonte: Foto de João Luiz Musa (1985)

Dessa forma, com a expansão do ensino superior adentrando em um ensino de massas, novas transformações na realidade profissional e intensos conflitos políticos, o ensino pautado no atelier desenhado pelo Diagnóstico de 1962, quando implementado, já surgiu de modo defasado. Segundo entrevistas de Durand (1972) a profissionais da época, o modelo de escritório voltado à prática exclusiva de projeto não se sustentava, enquanto a organização da categoria em torno do IAB e das Faculdades de Arquitetura também se mostrava deficiente como representação. A confluência destes elementos veio a impactar o ensino de arquitetura, repercutindo em um confrontamento entre o ensino "formal", pautado no atelier, e o "informal" - que também agregou a si uma instância de resistência política -, realizado nos canteiros experimentais.

Canteiro, crítica e negação do projeto

No ano de 1963, o Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA) em Cuba contou com uma comissão brasileira, da qual fizeram parte professores como Vilanova Artigas e Carlos Fayet. Também assinavam como apoiadores Ícaro de Castro Mello, que vinha participando ativamente das atividades do IAB, e Oscar Niemeyer. O teor do congresso se alinhava com o conflito da guerra-fria vivido internacionalmente, e contou com discursos de figuras emblemáticas como Fidel Castro e Ernesto Che Guevara.

Nota-se nas deliberações do congresso a compreensão das limitações da arquitetura modernista em realizar transformações sociais, apresentando uma linha distinta aos debates sobre a "função social da arquitetura" travados no Brasil da década de 1950. A afirmação do congresso em torno do ensino e profissão do arquiteto se deram principalmente frente a luta por modificações na estrutura econômica-social e de atuar em igualdade com os demais profissionais. As deliberações enfatizaram:

> *"Por lo que atañe a **la Enseñanza de la Arquitectura**, se estableció que 'la planificación, la técnica, la arquitectura, provocan cambios físicos que influenciam pera no transforman la sociedad'. Acentuandose que 'esta transformación sólo es posible medinte una revolución anti-imperialista que provoque un cambio radical de la estructura económica-social. Sobre **el Ejercicio de la Profesión**, quedó estipulado que 'es deber del arquitecto poner sus conocimeientos al servicio de las amplias mayorias de la sociedad y no de una minoria privilegiada, participando creadoramente, al igual que los demás profesionales, en el desarrollo socio-económico de su época".* (Anais do VII Congresso da União Internacional de Arquitetos, 1963)

A proposta do congresso se distinguiu daquela estipulada no Diagnóstico do atelier de arquitetura (1962). Se o Diagnóstico centralizou no arquiteto a tomada de decisões e um otimismo no poder transformador da arquitetura, a deliberação do congresso UIA caracterizou o arquiteto em paridade com os demais profissionais, enfatizando a necessidade de uma revolução anti-imperialista - portanto, avessa ao modelo de organização do trabalho baseado no modelo norte-americano.

Com o Golpe Militar de 1964, perseguições a importantes professores das faculdades de arquitetura vieram a ocorrer. Nomes como Artigas e Demétrio Ribeiro foram afastados dos cargos de docência, além da perseguição a estudantes - sobretudo aqueles que haviam viajado para o congresso. Em meio a um clima conflituoso, seu rebatimento no meio universitário pode ser observado junto à publicação de Artigas "uma falsa crise" (1965). Nele o arquiteto apresentou que o progresso da arquitetura não se interrompia com o golpe, pois considerando as circunstâncias históricas do momento, os países subdesenvolvidos desejavam a industrialização, quaisquer que fossem as suas decorrências. Sua postura ocorreu em defesa do exercício da profissão que, mesmo frente uma situação conflituosa, mantivesse sua atuação contínua.

Um ponto de vista contrário foi defendida por parte dos estudantes recém formados da FAUUSP, respondendo à questão com textos como "Nova Arquitetura", de Sérgio Ferro, e "Uma crise em desenvolvimento", de Rodrigo Lefévre, ambos publicados em edição especial na revista Acrópole (figura 3). Para Lefévre, o golpe estaria excluindo os arquitetos da vida pública, enquanto que muitas das obras produzidas no período eram dotadas de artifícios desconexos dos preceitos que as fundamentaram. Sua vertente defendia que desenho e a prática em atelier não respondiam ao quadro político que se apresentava, demandando por parte dos arquitetos uma tomada de posição perante os conflitos políticos.

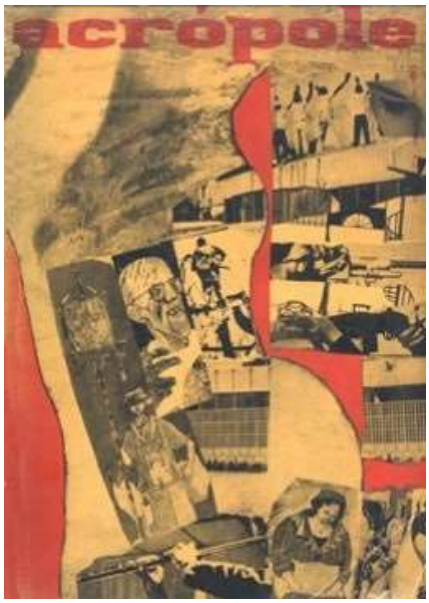

Figura 3 – Capa da especial Acrópole sobre a Arquitetura Nova
Fonte: Revista Acrópole (1965)

Nos fóruns de ensino de 1968 e 1969 da FAUUSP o debate se intensificou, divergindo entre os que defendiam o desenho e a prática profissional, e aqueles que reivindicavam por medidas mais veementes em relação ao quadro político. Foi perante essa reavaliação crítica do papel do arquiteto que o ensino de arquitetura passou a ser criticado na década de 1970. Devido o quadro político, a vertente em defesa do afastamento do atelier ampliou sua repercussão, de modo que se passou a defender a atuação do arquiteto distanciada do projeto e em paridade com os demais operários. Para tais arquitetos, o projeto em si consistia em uma medida de controle e direção. Era necessário, portanto, a extinção de um projeto centralizador do saber, pois somente assim o canteiro poderia se tornar uma prática horizontal. Tal vertente foi apresentada por Paulo Bicca:

> *"A ação de projetar é determinada, em todos os seus momentos, pela intenção de dirigir, através do projeto, os diferentes trabalhos materiais que ocorrem no canteiro e nas usinas. Projetar e dirigir os trabalhos de construção não são práticas independentes uma da outra, supostamente isoladas; estão intimamente ligados, a tal ponto que a existência de uma é determinada pela existência da outra"* (BICCA, 1984, p.92).

No que tange o ensino em proximidade com o canteiro, Rodrigo Lefévre apresentou a proposta do Canteiro-Escola em sua tese “Projeto de um acampamento de obra: uma Utopia” (ARANTES, 2002). Na tese se discutiu a possibilidade de entender a produção da habitação social no canteiro como espaço de formação entre os diversos agentes envolvidos no processo de construção civil. Lefévre defendeu que uma escola dentro do canteiro seria um meio para que o modo de produção da arquitetura fosse um momento de libertação que transformaria o canteiro em um espaço de aprendizado, pesquisa e criação. Tais propostas se alinhavam com as questões apresentadas por Sérgio Ferro (2006), onde o canteiro trataria de quebrar a barreira entre o desenho diplomático e o meio de produção capitalista, muitas vezes geridas pela indústria.

Segundo Lotufo (2014), a partir da crítica ao ensino em atelier e o fomento pelo canteiro emergiram propostas como os “Canteiros experimentais” e também o “Canteiros-Escola”. Em ambas as propostas, o ensino de arquitetura

se daria junto com os trabalhadores de construção civil, sensibilizando o arquiteto por meio da vivência prática com os processos construtivos. O canteiro também permitiria um aprendizado mútuo entre os estudantes e a equipe, diluindo hierarquias no processo de construção e incentivando criação e pesquisa. Tais propostas se perpetuaram pelo país, ainda que a proposta de canteiro por vezes tenha passado a se distanciar do teor político, mantendo como enfoque o ensino da técnica construtiva.

Perante tais experiências, observa-se que a aproximação com a prática proposta em canteiro consiste na tentativa de manter a face política da profissão do arquiteto na década de 1970. O ensino, por sua vez, surge de um debate em torno da profissão que, mesmo se distanciando do projeto, permaneceu atrelado a uma ampla dialética teórica e disciplinar. Como visto no congresso da UIA, já emergia internacionalmente na década de 1960 a necessidade de mudanças na profissão, de modo que o canteiro se revela inscrito em diálogo com uma revisão disciplinar que ocorria internacionalmente em torno das limitações das propostas modernista. Como resultado, a crítica estabelecida nos canteiros de obra passou a ser vista nas décadas posteriores como um extremismo frente aos modos de produção da arquitetura, ainda que, visto as condições que os criaram, seja um dos mais emblemáticos manifestos diante dos debates em torno da profissão.

Os Laboratórios de Habitação e a retomada disciplinar

Os Laboratórios de Habitação se inseriram como uma prática alternativa a esse panorama de embate entre o atelier e o canteiro. Inicialmente desenvolvida em faculdades particulares que continham menor interferência do Estado na formulação de suas propostas de ensino, os laboratórios buscaram incorporar os ideais sociais presentes nos debates promovidos nos canteiros, porém sem se opor ao projeto e ao saber acumulado pela disciplina arquitetônica. Neles, o ensino procurou a retomada do desenho como instância de construção do processo de aprendizado e diálogo com a sociedade. Seria o projeto o meio de refinamento das propostas esboçadas em desenhos, sem perder de vista o horizonte de diálogo com a sociedade. Segundo Zein e Bastos:

> *"A retomada da disciplinaridade - do saber fazer arquitetônico - como foco central na questão da habitação se contrapõe tanto aos procedimentos meramente quantitativos, de reprodução acrítica e nauseante de modelos supostamente mais banais, quanto à atitude de negação do projeto como instrumento de mudança, que permeou as críticas de pensadores ultraradicais dos anos 1960-1970" (ZEIN, BASTOS, 2010, p.315)*

Na década de 1980, ocorreu por parte dos cursos de arquitetura e urbanismo uma revisão das suas propostas de ensino. O atelier tal como proposto pelos arquitetos modernistas passou a ser visto como insuficiente e, por vezes, a metodologia de ensino de projeto acabava por alimentar o "gênio criativo" (COMAS, 1986). Tal demanda criou o fomento por meios alternativos ao ensino de projeto, associando a este uma crescente demanda pela assistência técnica voltada à habitação de interesse social. Com o início da redemocratização, iniciaram-se os movimentos populares para a ocupação de terras de forma organizada e a posterior construção de moradias. A atuação da Cooperativa de Arquitetos, e posteriormente de Laboratórios de Habitação, se estabelecia no contexto em que assistentes sociais, órgãos públicos, universidades e a Igreja Católica, operacionalizavam o atendimento a essas demandas. (PEREIRA, 2006).

Com o intuito de atrelar o ensino com uma realidade prática da profissão, três Faculdades de Arquitetura e Urbanismo instalaram Laboratórios de Habitação: a Faculdade de Belas Artes (Febasp), nomeado de LABHAB (1982); a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos, nomeado HABITAFAUS (1983); a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade de Campinas, nomeado L'ABITAT (1986). O quarto laboratório surgiu na sequência do encerramento das atividades do LABHAB da FEBASP, em 1985, na Universidade Estadual de Campinas, instalado com o mesmo nome, o LabHab-Unicamp (1986).

Tais laboratórios procuraram desenvolver uma alternativa ao ensino de projeto que, segundo Pereira (2006), se deu como reflexo de uma retomada dos arquitetos em torno dos problemas da profissão. O Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo (SASP) iniciou a promoção e divulgação da Cooperativa de Arquitetos, criada por Jon Maitrejean. Juntou-se a ele o arquiteto Joan Villà, que passou a trabalhar na Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana

de São Paulo, a qual tinha como associado outro arquiteto - Jorge Caron (DUALIBI, 2011). Esses profissionais, além de atuarem nas periferias, eram professores nas escolas de arquitetura e urbanismo. Provavelmente por meio dessa rede de profissionais o conceito dos Laboratórios de Habitação começou a ser transmitido em parte das escolas do Estado. Enquanto a FAU Santos tinha como professores Jon Maitrejean e Jorge Caron, a FEBASP contava com a direção de Caron e Joan Villà em seu corpo docente.

Exemplo emblemático, o Laboratório de Habitação da FEBASP se propôs que a escola inserisse no seu currículo uma série de projetos extra-curriculares, nos quais estavam contidos também um Laboratório de Estruturas, o Centro de Documentação e Pesquisa e o Laboratório de Construção. Em depoimento para Pinto (1989), Jorge Caron apontou que esses espaços criados na estrutura do curso tinham como objetivo aproximar o ensino da pesquisa, prestando serviços à comunidade, com o apoio financeiro de uma entidade particular. Para o mesmo autor, o depoimento de Nabil Bonduki, também professor da FEBASP no período, atestou que o Laboratório de Habitação não buscava reproduzir um escritório, mas que fosse um “espaço de reflexão à formação” (PINTO, 1989, p.157).

O enfoque da produção arquitetônica em laboratórios de pesquisa, ensino e projeto concedeu à arquitetura um caráter experimental e acadêmico. No caso da FEBASP, essa experiência veio a ocorrer por meio do contato com demandas reais de trabalho nas periferias da cidade de São Paulo. Segundo Pinto (1989), nessa experiência, além do trabalho desempenhado em conjunto pelos alunos e professores, era proposto um trabalho com “perspectiva política”. Havia um incentivo para a organização das comunidades onde se desenvolviam os projetos como meio de viabilizar o acesso a recursos do poder público para a implantação das propostas. O contato com a realidade urbana permitiu a formação de uma geração de arquitetos que inseridos nas perspectivas dos problemas urbanos, como Ermínia Maricato e Nabil Bonduki, e próximos aos debates da prática arquitetônica e o crescimento das cidades. Para Pompéia, o laboratório cumprira uma ação excepcional que expandia os conhecimentos para além do atelier:

> *"Descobri que, apesar de o Laboratório de Habitação da Unicamp não ter tido alunos da própria Universidade, cumpria um papel pedagógico fundamental: envolvia alunos de outras universidades, levava-os para fora das salas de aula e, principalmente, formava pessoas que precisavam de instrução para melhorar as suas vidas: gente que mora em situação precária. Ou seja, esse Laboratório, assim como outros de outras Universidades, cumpriu perfeitamente a diretriz estipulada pela LDB: "Formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos" (*POMPÉIA, R., 2006, p.133).



Figura 4 - Estudantes no canteiro de obras produzindo módulo de painel.
Fonte: POMPEIA, 2006.

Contudo, a iniciativa da criação dos primeiros Laboratórios durou poucos anos: na FAU Santos o HABITAFAUS se encerrou em 1984 e, em 1986, por "questões político-trabalhistas" o corpo docente da FEBASP deixou a instituição, com o consequente fechamento do Laboratório de Habitação (DUALIBI, 2011). Segundo Bonduki (1986), "a direção da Faculdade de Belas Artes trancou a sala onde ele funcionava com um cadeado, cuja chave nunca mais foi nos dado acesso". No entanto, para o autor, "o LABHAB acabou, mas esta experiência tem continuidade; tornou-se uma necessidade" (BONDUKI, 1987, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como a exposição "Encore moderne? Architecture brésilienne 1928-2005" buscou delinear um recorte específico à arquitetura moderna brasileira para então apresentá-la em sobreposição às experiências contemporâneas, também se faz necessário um processo similar dentro dos

modelos de ensino de arquitetura. O levantamento cronológico que aborda experiências bem-sucedidas relacionadas e seus contextos de atuação permite uma avaliação sucessiva das metodologias adotadas e sua adaptação à um contexto social que constantemente se modifica.

Nesse sentido, o atelier proposto ao ensino da arquitetura moderna aponta para uma adequação às necessidades da profissão por ter se apresentado segundo sucessivos diagnósticos da realidade profissional. Sua vertente se deu alinhada à proposta de legislação profissional defendida pelo IAB que possuiu como ênfase voltar a formação do arquiteto às atividades de projeto e planejamento, se distanciando das atividades de construção civil.

Visto as transformações da realidade profissional do arquiteto e a “crise” instaurada junto a produção da arquitetura moderna da década de 1970, o ensino em atelier e a metodologia desenvolvida para tal passou a ter sua estrutura criticada. Dado o engessamento e a ausência de diálogos no ambiente universitário, pouco coube ao ensino em canteiro senão a total negação do modelo anterior. Contudo, ressalta-se que o canteiro consiste não apenas em uma proposta revolucionário em relação ao modo de produção da arquitetura, mas também como um manifesto em torno de problemas disciplinares que ocorriam internacionalmente.

As experiências dos Laboratórios de Habitação, por sua vez, se mostraram conciliatórias entre os dois modelos: se por um lado propôs a aproximação com as demandas sociais e os modos de produção da arquitetura; por outro estabeleceu uma retomada disciplinar e a revisão metodológica utilizando o projeto como instrumento para resolução de problemas e diálogo. Entretanto, o fomento a esse modelo de ensino se deu à medida que se manteve a demanda do arquiteto em canteiro. No momento em que estas diminuíram, tais espaços de ensino também se enfraqueceram, ainda que o ensino proposto se mostrasse como uma proposta ativa à interação do estudante com a prática profissional.

Outras experiências poderiam ser aqui listadas, porém o que fundamentalmente se procurou instigar com estes três modelos foi: o atelier permanece moderno? As três vertentes citadas, por mais distintas que se revelem, estabeleceram um diálogo crítico e disciplinar. Permaneceram estas atreladas à proposta do atelier, que em sua negação ou somatória, permitem um

olhar crítico frente aos seus sucessos, limitações e diálogos com a prática profissional.

Ainda que as ferramentas do ensino de arquitetura se transformem, com a inclusão ou não de tecnologias emergentes, a questão proposta possui em seu âmago a pergunta quanto a que tipo de profissional se procura formar. A necessidade de se manter a profissão atualizada em um mundo em constante transformação, garantindo seu campo de atuação, consiste em um desafio às entidades de representação da categoria como o Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU) e a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA). Diante de uma nova expansão do ensino superior e o crescente aumento do número de profissionais da área, tais entidades possuem em suas mãos uma difícil missão: atualizar o ensino de arquitetura e suas dinâmicas, garantindo aos profissionais um campo de atuação condizente com as necessidades da profissão em cursos de arquitetura que emergem nas mais distintas realidades.

Em dado momento, questiona-se que exista apenas um profissional arquiteto e urbanista, mas sim múltiplos profissionais provenientes de múltiplas realidades. Porém persiste o elemento dúbio de que, se por um lado, uma formação generalista que abranja distintas realidades dificulta garantir qualidade mínima ao ensino, por outro, o engessamento em um Currículo Mínimo padronizado cria um vácuo entre a teoria arquitetônica e os problemas locais. Em vista dessa problemática, reforça-se a urgência de reanimar o debate em torno da profissão do arquiteto, concedendo um olhar atento às experiências e continuidades estabelecidas, bem como à consolidação de experiências frutíferas ao ensino da profissão.

Bibliografia

ACRÓPOLE, nº 319, Julho de 1965.

ANAIS do VII Congresso da União Internacional de Arquitetos, 1963 in DORFMAN, Cesar. Havana 63. Porto Alegre, editora Movimento, 2013.

ARANTES, Pedro Fiori, Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

BICCA, P. **Arquiteto a máscara e a face.** São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984.

BONDUKI, N. Construindo Territórios de Utopia. **Dissertação de Mestrado**, FAU/USP, São Paulo, 1987

CAVALCANTI, Lauro; LAGO, André Correa do. Ainda moderno? Arquitetura Moderna Contemporânea. **Arquitextos, Portal Vitruvius**, Novembro de 2005.

COLQUHOUN, Alan. Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura 1980-1987, tradução Christiane Brito. São Paulo, **Cosac & Nayfy**, 2004.

COMAS, Carlos Eduardo (org.). Projeto arquitetônico: disciplina em crise, disciplina em renovação. **São Paulo: Projeto**, 1986.

DUALIBI, Jackson. Arquiteto Joan Villa - A construção de pre-fabricados ceramicos. Disponivel em: http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/6/a-construcao-de-pre-fabricados-ceramicos.pdf. Acesso em 24/05/2017.

DURAND, J. C. G. A Profissão de Arquiteto (estudo sociológico). Dissertação de Mestrado, **Faculdade de Filosofia,** Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1972.

KOPP, Anatole. “Quando o Moderno Não Era Um Estilo e Sim Uma Causa” São Paulo: Nobel – **Editora da Universidade de São Paulo**, 1990.

LARA, Luiz Fernando. Disciplina ou (in)disciplina: eis a questão**. MDC revista de arquitetura e urbanismo**. 2009.

LOTUFO, T. M. Um novo ensino para outra prática. Rural Studio e Canteiro Experimental, contribuições para o ensino de arquitetura no Brasil. **Dissertação de Mestrado.** FAUUSP, 2014. 158p.

MILLAN, C. B. O Ateliê na Formação do Arquiteto. São Paulo: **Setor de Publicações FAUUSP**, 1962. 45p.

PEREIRA, Olivia de Campos Maia. Assessorias Técnicas: trajetórias e destinos entre o mercado e o Estado In: **Oculum Ensaios no 06,** 2006. PUC Campinas, pp. 88-99.

PINTO, Gelson Almeida. A prática do projeto no ensino de arquitetura: investigação sobre algumas experiências - São Paulo - 1958/1985. v.1. Dissertação de Mestrado. **Escola de Engenharia de São Carlos, Departamento de Arquitetura e Planejamento**, 1989.

PIRONDI, Ciro. O ensino da arquitetura ou a crise silenciosa. **Revista Prumo**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 6, jan. 2017.

PRONSATO, S. A. D. Para quem e com quem: ensino de Arquitetura e Urbanismo. **Tese de Doutorado. FAUUSP**, 2008.

POMPÉIA, R.A. Os Laboratórios de Habitação no ensino da arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto. **Tese de Doutorado, FAU/ USP**, 2006.

SANCHES, Débora; ALVIM, Angélica A. Tanus Benatti. Assessorias Técnicas e movimentos de moradia na produção de habitação social na área central de Sao Paulo. In: **VI Projetar: Salvador**, 2006.

SILVA, Elvan. Sobre a renovação do conceito In Comas, Carlos Eduardo (org.). Projeto arquitetônico: disciplina em crise, disciplina em renovação. **São Paulo: Projeto**, 1986.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e Silva. De arquitetos-construtores a arquitetos liberais: a constituição do campo arquitetônico pela experiência de de Jacques Pilon (1930-1960) in Memória, trabalho e Arquitetura / João Marcos Lopes e José Lira, orgs. - São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2013.

VIDOTTO, T. C. A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948 - 1962. **Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo** – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Unicamp, Campinas, 2014.

ZEIN, Ruth Verde; BASTOS, Maria Alice Junqueira. Brasil: arquiteturas após 1950. São Paulo: **Perspectiva,** 2010.

SOBRE O AUTOR:

Fernando Shigueo Nakandakare é arquiteto e urbanista formado pela Universidade Estadual de Campinas. Premiado com o prêmio Joaquim Guedes por seu Trabalho Final de Graduação, foi encaminhado como representante do curso para o Concurso Ópera Prima. Durante a graduação realizou uma série de outros concursos, no qual foi premiado com a menção honrosa no concurso da Bienal Internacional Iberoamericana e no concurso Irradiar Coimbra. Possuiu formação complementar pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e Extensão Universitária como formador em incubadoras tecnológicas pela Universidade de Campinas. Atuou com projetos dentro do campus universitário pelo Escritório Modelo da Unicamp (Emod), e de extensão universitária pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Emau) e pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Mestre pelo Programa de Arquitetura, Tecnologia e Cidades na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo, desenvolve pesquisas nos seguintes temas: ensino de arquitetura e urbanismo, arquitetura brasileira, arquitetura modernista e laboratórios de habitação.

Email: fenakan1@gmail.com